

Uma das características mais fortes do modelo gerencial adotado pela Cemig é a tentativa de individualizar a negociação. Por mais de uma vez, a empresa tentou retirar as entidades sindicais — em especial o Sindieletrô — da linha de frente da negociação, se colocando como defensora dos interesses dos trabalhadores. O que a empresa fez em outubro, quando seus prepostos mentiram sem nenhum pudor e até realizaram “assembléia” junto aos trabalhadores, foi com o intuito de desqualificar o Sindieletrô como legítimo representante dos trabalhadores.

A confusão criada em torno da venda do anuênio explicitou o problema que isso significa e o papel do sindicato na interlocução dos interesses dos trabalhadores junto à Cemig. A quebra do acordo por parte da empresa mostrou o quanto nós, trabalhadores, somos frágeis num cenário de ausência de representação, o quanto perdemos quando temos de negociar individualmente com a empresa. Se alguém ainda acreditava no discurso da Cemig de que é possível manter uma relação direta com a empresa, com o anuênio, isso veio por água abaixo.

Mas esse não foi o primeiro acordo a ser descumprido: essa é uma prática vigente na Cemig, basta tomarmos como exemplo o PCR, a avaliação de desempenho, a terceirização, dentre outros. Apesar da empresa se comprometer a acabar com todos os desvios de função, é fácil encontrar essa situação em quase todos os setores. Nas regras da Avaliação de Desempenho não existe nenhuma restrição ao fato do trabalhador ter alguma ação na Justiça contra a Cemig, no entanto, a empresa se negou a respeitar o resultado sob esta alegação. A diferença destes descumprimentos em relação ao anuênio, é que neste caso, o impacto foi no bolso da maioria dos trabalhadores.

Mas a lição mais importante que devemos tirar desse momento — onde conseguimos transformar a adversidade em força para lutar — é que precisamos continuar com a nossa organização, pois foi essa organização a propulsora de uma negociação favorável aos trabalhadores. Foi a disposição da categoria de colocar o pé na rua e dizer “agora chega” que fez a Cemig negociar.

E será a nossa organização que possibilitará, na renovação do Acordo Coletivo de Trabalho que se aproxima, a construção de uma relação que, de fato, seja pautada pelo respeito e pelo diálogo transparente entre trabalhadores e empresa.

Diretoria do Sindieletrô

Eletricitários demonstram força em paralisação

A negociação das regras para a indenização do anuênio mostrou a força da categoria e a importância do sindicato na hora de defender os interesses dos trabalhadores, o que obrigou a empresa a honrar o compromisso assumido

Foto: Regional Vale do Aço



Trabalhadores do Vale do Aço: consciência da importância da mobilização

Os trabalhadores e trabalhadores da Cemig deram um exemplo de organização ao manter a mobilização até que a empresa tornasse transparente as regras para a indenização do anuênio. O resultado foi a abertura de uma negociação entre os dirigentes sindicais e a direção da empresa para tentar chegar a um acordo que não prejudicasse os trabalhadores — como poderia acontecer caso a circular divulgada após a reunião do Conselho de Administração fosse mantida.

Para o coordenador-geral do Sindieletrô, Wilian Vagner, a empresa só recuou porque viu a disposição dos trabalhadores em lutar pela manutenção de um acordo. “O que fica como lição para a categoria e para o sindicato é que quando conseguimos nos organizar a empresa é obrigada a negociar, mesmo que tenha que voltar atrás nas decisões”, afirma Wilian. Ele ressaltou a dificuldade que o sindicato tem encontrado para negociar com a empresa, apesar de existir um Comitê Permanente de Negociação Sindical.

Segundo ele, o Comitê é hoje uma formalidade e não passa de um espaço onde os dirigentes sindicais argumentam e os representantes da empresa fingem que escutam. “Isso tem gerado episódios como do anuênio. Desde o lançamento do Progra-

ma tentamos agendar uma reunião para entender a proposta da Cemig. Mas as pessoas que teriam como função fazer a ponte entre a empresa e os trabalhadores, tentando ouvir e entender as reivindicações para apresentá-las à direção da empresa, fazem o contrário. Eles desenham uma estratégia e querem implementar a qualquer custo para mostrar serviço”, critica o coordenador-geral.

Presunção

Na avaliação de diretores do Sindieletrô, a dificuldade de negociação com a Cemig tem nome e sobrenome: Sérgio Augusto Diniz, assistente da Diretoria de Gestão Empresarial (DGE). “O Sérgio Augusto tem por princípio repudiar a representação dos trabalhadores. A Cemig tem que enxergar que esse sujeito só dificulta o diálogo, e isso

é ruim para a própria empresa. Na negociação do anuênio houve abertura e a conclusão acabou sendo boa para os dois lados, para os trabalhadores e para a Cemig. Bastou ele ser afastado pra coisa caminhar”, avalia Salim Gomes, coordenador da Regional Triângulo.

A mesma opinião tem Eugênio Canuto, coordenador da Regional Mantiqueira. “Sempre houve diálogo com a Cemig e as sugestões do sindicato eram discutidas e muitas vezes aceitas. Mas daí chegou o Sérgio Augusto e inventou essa história de que ‘não tem co-gestão’. Daí começou uma enganação. Tanto que na Campanha Salarial do ano passado ele mostrou reuniões com o sindicato e disse que era negociação, pura enrolação. Ele finge que tem diálogo para levar o trabalhador pro lado dele”, critica.

Para o diretor da Regional Vale do Aço, Wolmar Ferreira, a confusão criada com o anuênio teve dois aspectos positivos: a capacidade de organização dos eletricitários e o fato de deixar claro quem está do lado do trabalhador. “Os trabalhadores conseguiram ver que tem o patrão de um lado e o trabalhador do outro. Quem saiu fortalecido com essa trapalhada da empresa foi a categoria, que viu a força que tem”, comemora Wolmar.

José Renato Barbosa, coordenador da Regional Leste, também acredita que a mobilização foi a grande vitória. “A organização da categoria foi a nossa maior conquista. Mas a própria categoria está questionando se as pessoas responsáveis por essa trapalhada irão permanecer na empresa. Quem causou esse dano para a categoria vai arcar com esse prejuízo?”, questiona José Renato.



Polícia Federal confirma autenticidade da lista de Furnas e inicia investigação

Foto: Pedro Vilela/Agência Estado

Segundo perícia, documento que aponta corrupção em estatais para favorecer PSDB é verdadeiro. O Sindieletrô está sendo processado pela Forluz por divulgar para a categoria que a Cemig e Fundação são citadas na lista

Uma perícia no documento feita pelo Instituto Nacional de Criminalística (INC) no dia 15 de junho revelou que não houve montagem e que é verdadeira a assinatura de Dimas Toledo, ex-diretor de Engenharia de Furnas, no documento. O resultado confirma o registro de um caixa 2 articulado pelo PSDB em 2002, durante o segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, operado por Dimas Toledo.

O esquema teria desviado R\$40 milhões de empresas públicas e privadas e de fundos de pensão para campanhas do PSDB e PFL. Além de José Serra, candidato a presidência na época, são citados os candidatos ao governo de Minas, Aécio Neves, e à reeleição em São Paulo, Geraldo Alckmin.

A Polícia Federal recebeu a primeira cópia do documento em agosto do ano passado das mãos do deputado estadual Rogério Correia (PT), que recebeu a lista do lobista Nilton Monteiro. No dia 5 de maio, após sofrer várias ameaças feitas por deputados, Nilton Monteiro entregou à PF o que afirma ser o original do documento.

Mesmo após a perícia, o ex-diretor de Furnas, nega a autenticidade da assinatura e diz

que o documento é uma montagem. Os tucanos Geraldo Alckmin, Serra e Aécio Neves, que também aparecem como beneficiários do esquema, negam que tenham recebido contribuições do caixa 2 de Furnas.

Omissão das CPIs e distorção da imprensa

Apesar da gravidade das acusações, apenas a PF investiga a denúncia de corrupção. Nem a afirmação de Nilton Monteiro de que possui comprovantes de depósitos para os tucanos, levou as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e Comissões Mistas (CPMIs) a se interessarem pela apuração do esquema de caixa 2 em Furnas.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), criticou o retorno das investigações sobre a lista de Furnas e chegou ao absurdo de exigir do Ministro da Justiça, Thomaz Bastos, a declaração de que a lista é falsa, sob o risco de vingança e retaliações.

Em entrevista recente, Nilton Monteiro disse que esperava ser chamado por alguma CPI e que muitos políticos que estão na lista pregam a boa moral. “Eu ia mostrar quem na verdade eles são. Por que não

fazem uma CPI de Furnas?”, questiona.

Em Minas Gerais a imprensa não investiga nada sobre o gigantesco esquema de corrupção articulado no Estado. Os jornais alternativos que ousam denunciar são penalizados. Em janeiro deste ano o Sindieletrô divulgou no Chave Geral 446 o esquema montado por Dimas e denunciado por Nilton Monteiro, envolviam a Cemig e a Forluz. Como resposta, a direção da Fundação está movendo um processo contra o sindicato.

Na matéria, o Sindieletrô alertava para a necessidade de investigar a existência do esquema para desviar dinheiro de Furnas e de fornecedores, construtoras, bancos, fundos de pensão, corretoras e seguradoras citadas por Monteiro. Em vez de ajudar nas investigações, a imprensa mineira, preferiu questionar tardiamente a autenticidade da lista.

Na avaliação do deputado Rogério Correia, a imprensa mineira, orientada pelo governo do Estado, tenta abafar o escândalo, publicando matérias distorcidas para poupar Serra, Aécio e Alckmin, envolvidos pelas denúncias. “A imprensa tenta desqualificar o documen-



Nilton Monteiro deixa a sede da PF após prestar depoimento

to com a intenção de ocultar que o valerioduto nasceu em Minas, com os tucanos, e o dimasduto também”, alerta.

Confirmada a autenticidade da lista, o deputado Rogério Correia, diz que a Polícia Federal deve investigar o seu con-

teúdo, mas é preciso a mobilização da sociedade para que os envolvidos sejam punidos. “É preciso que os movimentos sociais apoiem a Polícia Federal nessa investigação, que deve começar pelo depoimento de Dimas Toledo”, avalia.



Terceirizados em busca de seus direitos

Sindimig não quis negociar na primeira audiência do Dissídio Coletivo, mas, ao que tudo indica, a Justiça está ao lado dos trabalhadores das empreiteiras

Foto: Benedito Maia

Na primeira audiência do Dissídio Coletivo, realizada no último dia 20, não houve acordo para Convenção Coletiva entre o Sindimig e os trabalhadores terceirizados da Cemig. A juíza Maria Laura Franco Lima de Faria, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), insistiu numa negociação entre as partes, mas o advogado que representa o Sindimig afirmou que não há nenhuma possibilidade de diálogo em torno da questão.

Mesmo o Sindieletro tendo apresentado argumentação consistente e sendo reconhecido pela Justiça como representante legal dos trabalhadores terceirizados, o Sindimig tentou desqualificar a representação do Sindieletro. Até o final desta semana os patrões poderão apresentar sua defesa. Depois disso, o Dissídio irá a julgamento.

A Campanha Salarial dos terceirizados começou em abril

com a formulação da Pauta de Reivindicações da categoria, que exige piso salarial de R\$778,00, tíquete alimentação, criação de CIPA, pagamento de horas extras, entre outros.

Na tentativa de fazer um Acordo, o sindicato buscou a intermediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), mas, novamente, os patrões não quiseram negociar. Depois destas tentativas, a decisão da Convenção Coletiva foi levada à Justiça.

Trabalho Precário

Maria Laura Franco Lima de Faria, juíza que presidiu a sessão, criticou o sindicato patronal, dizendo que a postura da entidade de não querer negociar é muito cômoda. Na opinião dela, a terceirização é uma forma de burlar a legislação trabalhista, evitando a realização de concursos públicos e precarizando as relações de trabalho.

Durante a audiência, em resposta às afirmações do advogado do Sindimig, que não quis reconhecer o Sindieletro como representante dos terceirizados, Wilian Vagner, coordenador-geral, explicou que foram os próprios trabalhadores que procuraram o Sindieletro porque estavam se sentindo sozinhos na luta por seus direitos. Além disso, ele lembrou também que o sindicato fez adequação estatutária, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, para abranger a categoria.

Até o momento, centenas de terceirizados já se filiaram ao Sindieletro. *“Lutamos por direitos iguais porque estes companheiros merecem mais do que ganham atualmente, já que desenvolvem as mesmas atividades que os concursados. Além disso, entendemos que a terceirização, como é feita na empresa, é ruim e precariza o trabalho”,* argumentou Wilian.



Na audiência no TRT, o sindicato dos patrões foi criticado pela juíza por não querer negociar

Proposta salarial é aprovada com repúdio por trabalhadores de Funil

Os trabalhadores da Usina de Funil aprovaram a proposta do consórcio Cemig e Vale do Rio Doce para o ACT 2006/2007 com grandes ressalvas. Enquanto a Cemig registra um lucro líquido de R\$2 bilhões e a Vale de R\$10,4 bilhões, o reajuste concedido foi de apenas 5% e sequer incidiu sobre o tíquete alimentação e o anuênio.

“Não garantir o reajuste para o tíquete e para o anuênio é muita mesquinha. A economia será de 60 centavos por tíquete, uma ninharia para uma empresa que, a cada ano, obtém lucros na casa dos bilhões de reais”, criticou Marcelo Borges, diretor do Sindieletro. Com isso, acrescentou, a empresa só faz aumentar a indignação dos trabalhadores.

Ele revelou que a empresa tentou vincular o fechamento do

ACT à aceitação de sua proposta de Plano de Cargos e Carreira, com muitas injustiças e desigualdades e sem qualquer negociação com os trabalhadores.

“Para evitarmos mais prejuízos e garantirmos a discussão de um plano que realmente valorize os trabalhadores, aceitamos a proposta salarial com a condição de voltarmos a discutir um PCC que realmente garanta a progressão nas carreiras”, explicou.

O coordenador da Regional Oeste, Celso Primo, também acompanhou as negociações. *“Não podemos trabalhar numa empresa de primeira e ser tratados como trabalhadores de segunda. Os lucros da Cemig e Vale do Rio Doce são exorbitantes”.*

De acordo com Celso, apesar de tudo, houve dois avanços importantes: o Consórcio aceitou

discutir a adesão dos trabalhadores à Forluz e garantiu a liberação de um empregado para participar das atividades da Cipa.

Para os diretores do Sindieletro o grande desafio agora é a discussão do PCC, quando será de fundamental importância a participação de todos os trabalhadores para a garantia da valorização de suas carreiras.

Aimorés

Os trabalhadores da Usina de Aimorés também fecharam o ACT 2006/2007 na semana passada. Eles obtiveram um reajuste salarial de 5,34% (INPC do período de maio de 2005 a abril deste ano), Participação nos Resultados, aumento do tíquete-alimentação de R\$210,00 para R\$264,00 e gratificação natalina de R\$200,00, a ser paga em dezembro de 2006.

Trabalhadores de Furnas em Minas Gerais aprovam Acordo Coletivo Específico

A campanha salarial dos trabalhadores de Furnas em Minas Gerais, Distrito Federal, Espírito Santo, São Paulo e Goiás foi encerrada com a aprovação da proposta da empresa para o ACT Específico 2006/2007.

A categoria conquistou um direito que hoje é proibido pelo artigo 134 da CLT mas pode ser validado por um ACT: o parcelamento do período de férias para o trabalhador com mais de 50 anos.

Os trabalhadores conquistaram também o pagamento retroativo do passivo da periculosidade sobre a remuneração, enquadramento no PCCR e bolsa transferência, dentre outros pontos.

Mas como Furnas só pagou para os gerentes o retroativo da correção das faixas

salariais a partir de janeiro de 2005 e exigiu experiência de três anos para o enquadramento no PCCR dos novos contratados, os eletricitários da empresa no Rio de Janeiro, Foz de Iguaçu e Ivai porá rejeitaram a proposta.

Vale lembrar que os eletricitários de Furnas, antes de fechar o Acordo específico, negociaram o ACT nacional, que vigora para os 19 mil trabalhadores do Grupo Eletrobrás. Fechado em maio, o ACT garante para os trabalhadores de Furnas e demais empresas do Grupo Eletrobrás um reajuste de 7%, aumento do tíquete e abono.

Contudo, Furnas só garantiu a aplicação imediata do abono, do reajuste salarial e do tíquete para os trabalhadores que aprovaram a proposta. A aplicação dos enquadramentos vai depender da aprovação por

toda a categoria. Na avaliação do integrante da Intersindical Furnas, Antônio Maria Claret, apesar da rejeição de parte dos eletricitários, o acordo específico apresenta avanços significativos.

“O processo de negociação foi transparente e a maioria dos trabalhadores aprovou a proposta. Agora, vamos buscar uma saída junto a Furnas para os pontos que dependem da aprovação da totalidade dos trabalhadores”, ressaltou.

Nos dias 3 e 4 de agosto haverá reunião bimestral entre Furnas e a Intersindical para acompanhamento do ACT específico e uma das discussões será o PCCR. *“Os trabalhadores devem estar muito mobilizados, porque eles é que vão definir as reivindicações para a valorização das carreiras”,* concluiu.

Vagner de Oliveira Soares,

Sindieletro renova coordenação das Regionais e Secretarias

Conselho Deliberativo determina a criação de duas novas Secretarias: Saúde e Previdência Complementar e Secretaria de Terceirizados, qualificando a atuação do sindicato para tratar de dois temas estratégicos

Foto: Regional Metalúrgica

Após a eleição da nova diretoria do Sindieletro, o Conselho Deliberativo definiu os coordenadores das sete Regionais e reformulou as Secretarias do Sindieletro para aprimorar a estrutura sindical. Duas novas secretarias foram criadas – Secretaria de Saúde e Previdência Complementar e Secretaria de Terceirizados.

A Regional Metalúrgica agora é coordenada pelo ex-diretor de base Leonardo Timóteo. Na Regional Norte, a nova coordenação é de Alex Fabiano Pereira Amorim que já era diretor em Montes Claros. Na Regional Leste o novo coordenador é José Renato Barbosa, que já esteve à frente da Regional Vale do Aço e na

última gestão do sindicato foi secretário de Saúde e Segurança.

O ex-diretor Administrativo, Marcos Túlio Silva, voltou à coordenar a Regional Vale do Aço. Três Regionais continuam com mesma coordenação: na Mantiqueira, o coordenador é Eugênio Canuto de Paula, na Oeste, Celso Primo, e no Triângulo, Salim Gomes.

Novos secretários

A Secretaria de Gênero e Raça agora está sob o comando de Maria de Lourdes Lima da Fonseca, que é diretora em Montes Claros. A Secretaria de Saúde e Segurança está a cargo de Jairo Nogueira Filho, que era diretor de base da Regional Metalúrgica no São Gabriel.

Heron Raimundi Lima, diretor da Regional Metalúrgica na Itambé, acumulará as funções de secretário Administrativo e de Política Energética, que tem como função para discutir o desenvolvimento sustentável, matriz energética e política de pessoal do setor elétrico.

À frente da Secretaria de Formação e Política Sindical estará Lúcio Parrela, ex-coordenador da Regional Norte. Marcelo Borges continuará à frente da Secretaria de Comunicação e, por deliberação do Conselho, acumulará o cargo de secretário de Cultura. A recém-criada Secretaria de Terceirizados, contará com a experiência do diretor Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha) que atuará na organização dos trabalhadores das empreiteiras que prestam serviços para Cemig.

Também é nova a Secretaria de Saúde e Previdência Complementar, que tem à frente o diretor de base do Vale do Aço, Henderson Tsutomu Hirata, que será responsável pelo estudo e assessoria nas questões previdenciária pública e complementar.



Metalúrgica é uma das Regionais com nova coordenação

NOTA DRP

Novo Diretor de Relações com os Participantes tomará posse em Agosto

Os Conselheiros eleitos pelos participantes comunicaram, formalmente, ao Conselho Deliberativo na reunião do último 30 de junho que, segundo autorizado pelo Estatuto da Forluz, o candidato escolhido pelos participantes será indicado até o final do mês de agosto. A definição da indicação e, por consequência, da posse no prazo de sessenta dias visa assegurar a integralidade do mandato da atual diretora – o que foi sustentado pelos Conselheiros eleitos antes do início do processo eleitoral, conforme consta da ata da 226ª reunião do Conselho Deliberativo, de 03 de março passado – bem como permitir a transferência do cargo durante um período de transição, já que a atual diretora, efetivada a posse do novo diretor, reassumirá suas funções na Cemig. Durante o período de transição tanto a atual diretora quanto o futuro diretor estarão à disposição dos participantes na sede da Forluz.

Errata

Ao contrário do que foi publicado na edição 465 do Jornal Chave Geral, o Fator Previdenciário não foi criado em 2003, mas em 1999, pela Lei Federal 9.706/99. A nova Lei foi promulgada após a Reforma na Previdência, que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, alterou o sistema previdenciário social. As alterações criaram a aposentadoria proporcional com tempo mínimo de contribuição e reduziu os benefícios em 35%, no caso dos homens, e de 41,5%, no caso das mulheres, penalizando os trabalhadores que se aposentam mais cedo.